



JUSTIFICATIVA TECNICA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Considerando o disposto no Acórdão nº 2622/2013 – Plenário/TCU, que estabelece que o custo de Administração Local fique entre 1,98% e 10,68% do valor da obra, justifica-se tecnicamente a adoção de percentual inferior ao limite, em função das características específicas do objeto e da composição orçamentária da obra.

O valor global elevado do orçamento decorre, principalmente, da significativa participação de materiais betuminosos e agregados que compõem o concreto asfáltico, bem como do transporte de agregados. Estima-se que o CAP (cimento asfáltico de petróleo), a emulsão asfáltica, os agregados minerais e o transporte desses materiais correspondam a aproximadamente 85% do valor total do orçamento.

Esses itens, por apresentarem altos custos unitários, elevam de forma expressiva o valor global da obra, impactando diretamente a proporcionalidade da Administração Local em relação ao orçamento. Assim, ainda que o percentual aplicado esteja abaixo do limite de 1,98%, o valor absoluto destinado à Administração Local permanece suficiente para cobrir todas as despesas necessárias à gestão, controle, apoio técnico, suprimentos, segurança e acompanhamento da execução da obra.

Portanto, a redução percentual não implica insuficiência de recursos, mas representa uma adequação técnica e proporcional à estrutura de custos do empreendimento, assegurando economicidade e compatibilidade com as práticas de orçamentação do SINAPI e orientações do TCU.

Gurupi-To, 22 de outubro de 2025.

Gustavo Pereira Garcia
Engenheiro Civil – CREA 320389/D-TO
Diretor – Decreto 1294/2022